

RESOLUÇÃO NORMATIVA N.º 06/2019.

Dispõe sobre a prestação de contas anuais deste Tribunal de Contas à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, e dá outras providências.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 97, XIII da Constituição Estadual; 1º, IX e 3º da Lei Estadual nº 5.604 de 20 de janeiro de 1994 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas);

Considerando que até a presente data não se tem conhecimento acerca da expedição de qualquer ato normativo editado pela Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas sobre o detalhamento com que devem ser prestadas as contas anuais deste Tribunal, cuja exigência encontra-se insculpida no artigo 97, XIII da Constituição do Estado de Alagoas;

Considerando que a especificação dos anexos a instruir as prestações de contas anuais deste Tribunal tem superlativa importância no trabalho dos órgãos inteiros desta Corte no que toca à adequada e eficiente instrumentalização das prestações de contas anuais;

Considerando que este Tribunal de Contas, por contido da Resolução Normativa nº 001/2016, regulamentou o detalhamento dos anexos que devem servir de instrução às prestações de contas anuais, inclusive do Tribunal de Justiça de Alagoas (anexo VII);

Considerando que o Tribunal de Justiça tem funcionamento bastante semelhante a este Tribunal de Contas, atraindo a mesma similitude no que toca às prestações de contas anuais;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o anexo VII da Resolução Normativa nº 001/2016, incluindo o Tribunal de Contas do Estado de Alagoas na qualidade de órgão devedor da prestação de contas anuais, a serem apresentadas com a instrução dos documentos discriminados no anexo VII da Resolução Normativa nº 001/2016, a seguir reeditado em anexo a esta Resolução.

§1º - As prestações de contas anuais do Tribunal de Contas serão apresentadas à Assembleia Legislativa do Estado, a teor do que alude o artigo 97, XIII da Constituição do Estado de Alagoas;

§2º - O Tribunal de Contas irá instruir suas prestações de contas com os documentos discriminados no anexo VII da Resolução Normativa 001/2016, reeditado por esta Resolução, até que a Assembleia Legislativa edite norma tratando da matéria.

Art. 2º- A presente Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, em Maceió, em 22 de setembro de 2019.

Anexo VII

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM COMPOR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS ORDENADORES DE DESPESAS DO TRIBUNAL DE CONTAS E DOS CHEFES DE PODERES DO LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS		
ITEM	DOCUMENTAÇÃO	LEGISLAÇÃO
01	Ofício de encaminhamento contendo sumário da documentação acostada, declarando, o gestor, que apresenta, perante o Tribunal de Contas, as peças, informações e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pela veracidade de seu conteúdo.	
02	Relatório de gestão abordando aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, organizado de forma que permita uma visão de conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa.	Lei Estadual nº 5.604/94, art. 7º, I.
03	Quadro de detalhamento das despesas e, também, os atos quemodificaram o orçamento inicial fixado.	Art. 165, inc. III, §§5º, 6º e 8º da CR/88, art.176, inc. III, §§5º ao 8º da CE/89, art. 5º daLRF e RN nº 02/03 TCE/AL
04	Cópias dos decretos de créditos adicionais abertos no exercício,tendo a Unidade como beneficiária.	RN nº 02/03 TCE/AL
05	Demonstrativo dos créditos adicionais contendo informações sobreos créditos abertos no exercício: lei autorizativa, instrumentos deabertura, natureza, valor e fonte de recursos utilizada, dentre outras informações, inclusive, tendo a Unidade como beneficiária.	RN nº 02/03 TCE/AL
06	Termo de Conferência das disponibilidades financeiras (caixa ebancos) com assinatura(s) do(s) responsável (is).	RN nº 02/03 TCE/AL
07	Relação de todas as contas bancárias existentes, ainda que não movimentadas no exercício, informando sua finalidade.	RN nº 02/03 TCE/AL
08	Extratos Bancários que comprovem o saldo existenteno final do exercício.	

		RN nº 02/03 TCE/AL
09	(Anexo 11) Comparativo das Despesas Autorizadas com a Realizada.	LF nº 4.320/64 e RN nº 02/03 TCE/AL
10	(Anexo 12) Balanço Orçamentário.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº 02/03 TCE/AL
11	(Anexo 13) Balanço Financeiro.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº 02/03 TCE/AL
12	(Anexo 14) Balanço Patrimonial.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº 02/03 TCE/AL
13	(Anexo 15) Demonstrativo das Variações Patrimoniais.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº 02/03 TCE/AL
14	(Anexo 17) Demonstrativo da Dívida Flutuante.	LF nº 4.320/64 e RN nº 02/03 TCE/AL
15	Relatório de Gestão Fiscal (último Quadrimestre)	Arts. 54 e 55 da LC nº 101/00 – LRF, Portaria STN nº 637/12, que aprovou o MDF (e alterações posteriores) e RN nº 02/03 TCE/AL.
	Nota Explicativa quando houver no exercício, Devedores Diversos, Cancelamento de Resto a Pagar, entre outras	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCT

16	situações merecedoras de esclarecimentos.	16.6 /Portaria STN nº 437/12 (e alterações).
17	Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis	RN nº 02/03 TCE/AL
18	Inventário dos bens existentes no Almoxarifado.	RN nº 02/03 TCE/AL
19	Rol dos Adiantamentos.	Art. 13 da LE nº 5.604/94
20	Relação de restos a pagar, identificando os valores processados e os não processados.	LF nº 4.320/64
21	Relação dos Processos Licitatórios ocorridos no exercício.	LF nº 8.666/93 e RN nº 02/03 TCE/AL
22	Relação dos convênios firmados no exercício.	Art. 1º, inc. XX e art. 5º, inc. VI Lei nº 5.604/94 – LOTCE/AL
23	Resumo Mensal discriminado das Folhas de Pagamentos dos servidores da Unidade, vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), incluindo os proventos, as vantagens e os descontos especificados por natureza, bem como as obrigações patronais referentes ao exercício em tela.	LC nº 131/09 e Lei Federal nº 12.527/11
24	Certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade, comprovando a habilitação do profissional responsável pelos balanços e demonstrações contábeis.	Art. 1º da Resolução CFC nº 506/83
25	Parecer e relatório do controle interno contendo o resultado das auditorias na unidade, bem como atestando a veracidade dos dados constantes na prestação de contas.	CR/88, CE/89, LF nº 4.320/64, LE nº 5.604/94 – LOTCE/AL, LC nº 101/00 – LRF IN nº 03/11 TCE/AL, Lei delegada nº 15/03
26	Declaração de Bens (Patrimonial) do gestor	Lei nº 8429/1992 – Art. 13
27	Declaração do gestor, que o Portal da Transparência contém as informações do Resumo Mensal da Folha de Pagamento (Regime Geral de Previdência Social – RGPS e Regime Próprio de Previdência Social – RPPS).	Art. 48, parágrafo único, incs. I, III e Art. 48-A da LC nº 101/00 – LRF.

Sala das Sessões do Plenário do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, em Maceió, 22 de outubro de 2019.


OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS
Conselheiro-Presidente


ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE
Conselheira Vice-Presidente


MARIA CLEIDE COSTA BESERRA
Conselheira (Relatora no exercício
da Presidência)

ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO
Conselheiro Diretor-Geral da Escola de Contas
(voto contrário)


FERNANDO RIBEIRO TOLEDO
Conselheiro

RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE
Conselheiro Ouvidor
(voto contrário)


ANA RAQUEL RIBEIRO SAMPAIO CALHEIROS
Conselheira-Substituta

SESSÕES PLENÁRIAS:

1ª leitura – 24/9/2019

2ª leitura – 01/10/2019

3ª leitura – 08/10/2019

4ª leitura – 15/10/2019

APROVAÇÃO – 22/10/2019

PUBLICAÇÃO NO DOE EM 24/10/2019.

REPUBLICADA NO DOE EM 25/10/2019.

